

Alphaville A PARTIR DE Cr\$ 29.000, MENSAIS.

# Nova máxi à espreita

JOSE BERNARDES  
Da Editoria de Economia

O Brasil só renegociará a sua dívida externa em melhores condições quando demonstrar a sua capacidade de exportar —, o que ainda não ocorreu. E isso só pode ser obtido com uma nova maxidesvalorização do cruzeiro, que, além de gerar um maior volume de divisas, aumentaria o nível de emprego e abrandaria a meta de importações.

Essa idéia foi defendida recentemente por técnicos do Ministério do Planejamento, em um documento de 10 laudas, que apresenta um diagnóstico da conjuntura econômica do País, com previsões para o seu comportamento para este e para o próximo ano. O estudo reflete opiniões dos 25 colaboradores do Ministério do Planejamento que formam o Grupo de Acompanhamento Conjuntural.

O documento assinala que entre os empresários, já há uma crescente expectativa de maxidesvalorização cambial, o que está, de acordo com o estudo, elevando os seus custos. Além disso, os técnicos do Planejamento são de opinião que a restrição cambial, ao determinar a contenção das importações, "estaria gerando expressivo impacto inflacionário: no processo de fixação de preços, as empresas consideram os custos esperados de reposição dos componentes importados".

A necessidade de uma nova maxidesvalorização cambial foi defendida como forma de superar, a longo prazo, a crise cambial. Segundo os seus defensores, a valorização internacional do dólar americano reduziu significativamente o efeito da maxidesvalorização de 18 de fevereiro sobre a competitividade das exportações brasileiras e, por outro lado — informa o relatório — a contenção das importa-

ções e as expectativas de nova desvalorização real do cruzeiro já incorporaram parte das consequências inflacionárias da medida.

Alguns técnicos, que o documento não identifica, não concordaram com a idéia de uma nova grande desvalorização do cruzeiro, alegando o temor de novas repercussões inflacionárias "num ambiente já exacerbado".

Alguns ponderam que a redução prevista da demanda agregada, através do arrocho monetário e fiscal, permitirá que o País ultrapasse a fase mais aguda da crise, voltando a crescer em 1985. Os defensores da máxi contra-argumentam com a questão do emprego, observando que, na primeira hipótese — maxidesvalorização —, poderia ter seu nível elevado enquanto na segunda alternativa — contenção da demanda —, "certamente se agravaria".

## BALANÇA COMERCIAL

Afastando-se da discussão sobre uma nova máxi, os técnicos fazem no documento uma avaliação da balança comercial brasileira, observando que o seu desempenho, até agora, se constitui no único resultado econômico que segue a trajetória prevista no acordo com o Fundo Monetário Internacional. Lembram, entretanto, que esse resultado só foi possível pela combi-

nação de um regular crescimento do valor das exportações e de uma elevada redução do valor das importações. "Essa decisiva importância da contração das importações resultou em quedas drásticas de produção e emprego, e parece ter levado o parque industrial às proximidades de seus limites de tolerância, tanto quanto aos níveis de capacidade ociosa, como quanto à necessidade de insumos e componentes importados" — assinala o estudo.

Os economistas da Seplan prevêem para este ano, um saldo comercial de 6,8 bilhões de dólares, com exportações de 21,9 bilhões de dólares e importações de 15,1 bilhões de dólares. Números esses que, segundo eles, distanciam-se daqueles com os quais o Governo trabalha: 22,3 bilhões de dólares de exportações e 16 bilhões de dólares de importações, gerando um superávit de 6,3 bilhões de dólares. "Para 1984, como foi acordado com o FMI, estima-se um saldo comercial de 9 bilhões de dólares, com exportações de 23 bilhões e importações de 16 bilhões de dólares. Caso as previsões do governo para 1983 estejam corretas, o que se está estimando é um crescimento de 12,1 por cento das exportações, com importações mantidas nos níveis deste ano" — informa o estudo.

## INFLAÇÃO

Os economistas do Ministério do Planejamento analisam também a aceleração e a inércia da inflação brasileira à queda. Apontam-se culpados para esse fenômeno do comportamento dos preços. Política salarial, "choque agrícola" — provocado pelas enchentes no sul do País", conforme assinala o es-

tudo, e restrição cambial.

Para alguns dos técnicos, "a aceleração recente do processo inflacionário brasileiro e sua inércia à queda estariam ligadas às expectativas em sentido amplo, que incorporariam as incertezas quanto à renegociação da dívida externa, à continuidade do processo recessivo e suas consequências sociais, e, até mesmo, quanto ao futuro político-institucional do País".

Um outro tópico do qual se ocupam os técnicos da Seplan é o que diz respeito ao tipo de recessão que vive o País. Para alguns deles, trata-se de recessão de demanda, causada pela redução real de rendas. Isto estaria ocorrendo tanto pela aceleração da inflação, como pela própria lei salarial. Na ausência de demanda suficiente, a produção se reduziria, e, com ela, o nível de emprego. Outros economistas, entretanto, julgam tratar-se de uma recessão típica de oferta, tanto pela quebra da safra agrícola como pela contenção de importações. Estaria ocorrendo um excesso de demanda por importações, que, não satisfeita, reduziria a produção e o emprego. A aceleração inflacionária seria um resultado desse processo, de acordo com esse grupo de técnicos.

O seleto corpo de economistas prevê para este ano uma queda do PIB — Produto Interno Bruto — em 2 por cento. O setor agrícola, segundo as projeções que fazem no documento — que se baseia na 24ª reunião do grupo — vai crescer 4 por cento neste ano. Prevê-se também uma grande queda do produto industrial: a perspectiva mais otimista é de um declínio de 6 por cento, enquanto as projeções pessimistas apontam para reduções superiores a 10 por cento.